



MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SERVIÇO SOCIAL: A EXPERIÊNCIA INTERDISCIPLINAR DA ASSESSORIA TÉCNICA

URBAN SOCIAL MOVEMENTS, UNIVERSITY EXTENSION AND SOCIAL WORK: THE INTERDISCIPLINARY EXPERIENCE OF TECHNICAL ADVISORY

Ana Cristina Oliveira*

<https://orcid.org/0000-0002-3806-6385>

Francine Helfreich Coutinho dos Santos**

<https://orcid.org/0000-0001-9411-5818>

Regina Bienenstein***

<https://orcid.org/0000-0003-1806-0063>

RESUMO

Este artigo é produto das reflexões das autoras na condição de docentes vinculadas ao Programa de Extensão *A Universidade pública e o direito à cidade: assessoria a movimentos sociais do Estado do Rio de Janeiro* da Universidade Federal Fluminense. Pretende-se apresentar considerações sobre a experiência da extensão universitária interdisciplinar vinculada a movimentos sociais, onde a assessoria técnica se faz presente no *Fórum de Luta por Moradia de Niterói* (RJ). Parte-se de uma concepção de extensão universitária que, ao dialogar com os movimentos sociais, coloca-os como protagonistas dos processos desenvolvidos, estabelecendo uma relação diferenciada com a sociedade no sentido de potencializar sua capacidade organizativa na luta por direitos sociais ora negados pelo poder público.

PALAVRAS-CHAVES

Movimentos sociais urbanos, extensão universitária e Serviço Social.

*Assistente Social. Doutora em serviço Social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Professora do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (mestrado) da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Endereço: Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n, Campus do Gragoatá, Bloco E. São Domingos. Niterói (RJ), CEP.: 24210-201. E-mail: <anacoliveira60@gmail.com>.

** Assistente Social. Doutora em serviço Social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Professora do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (mestrado) da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Endereço: Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n, Campus do Gragoatá, Bloco E. São Domingos. Niterói (RJ), CEP.: 24210-201. E-mail: <francinesantos@yahoo.com.br>.

***Arquiteta Doutora em Arquitetura e Urbanismo. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. R. Passo da Pátria, 156 - São Domingos, Niterói (RJ), CEP.: 24210-240. E-mail: <bienenstein.uff@gmail.com>.

DOI 10.22422/temporalis.2019v19n38p65-82



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

ABSTRACT

This paper is a product of the authors' reflections as professors linked to the Extension Program *The Public University and the Right to the City: Advising Social Movements of the Rio de Janeiro State*, developed by Fluminense Federal University. It is intended to present considerations on this interdisciplinary university extension experience linked to social movements where the technical advisory is present at the Fight for Housing Forum in Niterói (RJ). It is based on a conception of university extension that, when dialoging with social movements, they are placed in a protagonist position of the developed processes, establishing a differentiated relationship with society in order to enhance their organizational capacity in the struggle for social rights now denied by the government.

KEYWORD

Urban social movements, university extension and Social Work.

Submetido em: 10/10/2019.

Aceito em: 19/11/2019.

INTRODUÇÃO

Tratar da extensão universitária junto aos movimentos sociais urbanos significa construir um espaço de resistência dentro da universidade pública. Apesar dos ataques que tem sofrido no atual governo, essa universidade ainda pode ser considerada um *locus* fundamental de produção de conhecimento sobre as distintas formas construídas pela classe trabalhadora para sobreviver.

Sob a égide da crise estrutural do capital no pós-1970, a universidade pública passa por alterações importantes que a translada enquanto política social - da esfera do direito para a órbita dos serviços, sobretudo, nos países periféricos. A educação pública, junto com as demais políticas sociais, tem sido objeto de uma série de medidas que se expressam no seu *enfocamento* especialmente desde o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), Dilma Rousseff (2011-2016); Michel Temer (2016-2018), se acirrando no governo de Jair Bolsonaro (2019 – atual). A Emenda Constitucional (PEC) 55, que impõe um teto aos gastos públicos pelos próximos 20 anos, o contingenciamento dos recursos da educação pública e agora o nebuloso projeto *Future-se* são expressões deste processo. A destacar este último, o *Future-se*, trata-se de um programa de reestruturação/refuncionalização do financiamento do ensino superior público, lançado pelo Ministério da Educação no mês de julho de 2019, que propõe alterar significativamente o modelo de financiamento da universidade pública brasileira.

Em linhas gerais, o Estado se exime de garantir os recursos para a educação, propondo a constituição de um fundo privado, a partir do patrimônio da própria universidade. Além disso, o plano possibilita – de forma inconstitucional - a cessão dos prédios, contratos de gestão compartilhada e *Organizações Sociais* gerindo a universidade. Ou seja, trata-se de um projeto de caráter mercantilista que tem na privatização a saída para as dificuldades em que as mesmas se encontram, face ao contingenciamento de recursos.¹

¹ Para mais informações sobre o *Future-se*, ver: LEHER, Roberto. Análise preliminar do *Future-se* indica a refuncionalização das universidades e institutos federais. Disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2019/07/25/leia-a-analise-de-roberto-leher-da-ufrj-sobre-o-future-se/>. Acesso: 8 ago. 2019.

Por outro lado, algumas experiências extensionistas, como a que iremos apresentar, vem reafirmando a importante função social da universidade e desenvolvendo ações contra hegemônicas, onde a articulação entre a universidade pública e os movimentos sociais se presentifica.

Este artigo objetiva analisar, a experiência do programa *A Universidade pública e o direito à cidade: assessoria a movimentos sociais do Estado do Rio de Janeiro*, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPEF), vinculado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Trata-se de uma análise que articula assessoria técnica, formação política e educação popular, como requisições profissionais de assistentes sociais, arquitetos e urbanistas em uma perspectiva interdisciplinar na atuação junto a um dos movimentos sociais mais antigos e importantes da cidade de Niterói (RJ), via extensão.

A extensão universitária é caracterizada nos documentos oficiais como "[...] um conjunto amplo de atividades que perfazem processos de cunho educativo, cultural e científico, indissociados da pesquisa e do ensino, que apontam para a relação entre a universidade e o conjunto da sociedade" (PNEX, 2001, p.3). No Plano Nacional de Extensão Universitária, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, publicado em 2001, é expresso o "[...] compromisso da universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia." (PNEX, 2001, p.3), valores estes que se diluem numa perspectiva de extensão universitária que se concentra em ações e projetos que, frequentemente, passam ao largo dos movimentos sociais.

Partimos do pressuposto que as ações extensionistas vinculadas às atividades gratuitas, de interesse geral e articuladas a movimento sociais têm sido secundarizadas, limitando a função social da Universidade às ações prioritariamente mercantilizáveis. Por conseguinte, parte significativa das ações de extensão desenvolvidas atualmente nas universidades públicas está reduzida a cursos pagos, prestação de serviços assistenciais, escritórios modelos, empresas Junior, entre outras formas, de modo que tais práticas estão sintonizadas ao processo de privatização *por dentro* das universidades brasileiras. Entende-se que há uma lógica de compra e venda de serviços que deturpa a concepção de extensão universitária. Considera-se que aquela que privilegia e dialoga de forma crítica e comprometida com a comunidade reafirma a concepção de uma universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

Conforme análise de Jezine (2006):

Sob o predomínio da instância universitária, a extensão é percebida como mecanismo de cumprimento de sua função acadêmica, sendo considerada como elemento articulador da relação ensino e pesquisa, universidade e sociedade. É possível, assim, admitir que a extensão universitária constitua uma das expressões mais concreta da crise da universidade brasileira, tendo sido, aliás, nos últimos vinte anos, um elemento de debate entre gestores universitários e governamentais, ganhando relevo uma nova dimensão: a da venda de serviços (JEZINE, 2006, p. 2).

Neste sentido, a extensão universitária reflete as condições da sociedade na qual nos encontramos, marcada por contradições e permeada por avanços e retrocessos. Se, por um lado, a existência do Plano Nacional de Extensão e a institucionalização das Pró-Reitorias de Extensão são conquistas das lutas dos movimentos sociais da educação, por outro, afirmam-se elementos que expressam a lateralização da extensão universitária, quais sejam: 1) recursos públicos orçamentários insuficientes para a extensão; 2) o rareamento de incentivo docente para ações extensionistas; 3) o pouco número de bolsas para docentes e discentes; 4) desvalorização do lugar da extensão para as ações de pós-graduação que se expressa nas plataformas de coletas de dados; 5) ações extensionistas que servem de apêndice das pesquisas 5) e a proliferação de ações, aparentemente, gratuitas, mas que escamoteiam mecanismos de venda de serviços educacionais e de consultorias técnicas.

Esses elementos, coadunados com as pressões pelo espraiamento da lógica mercantil, estão sintonizados com a difusão de ideologias que reforçama sociabilidade burguesa, através da ênfase em pesquisas e ações extensionistas que pouco dialogam com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Por outro lado, a atual direção social e política da formação profissional de assistentes sociais afirmam, de forma nítida, o necessário comprometimento com as necessidades reais da classe trabalhadora, elemento este reafirmado e explicitado nas diretrizes do Projeto ético político da profissão. Este está comprometido com a construção de um projeto societário na direção contrária da sociabilidade burguesa. De fato,

Os projetos profissionais não são construídos independentemente dos projetos sociais, pois neles existem fundamentos que lhes prestam referências e lhes servem de direção em busca do alcance de [...] objetivos e finalidades profissionais. Pode-se afirmar que os projetos profissionais relacionam-se tanto com a estrutura macrosocietária quanto com os aspectos particulares da profissão, ou seja, com a História, o desenvolvimento histórico da profissão e com as expressões teórico-prática e ético-política da profissão (FORTI, GUERRA, 2015, p. 20).

Nesse sentido, o projeto ético político do Serviço Social relaciona-se com valores democráticos e emancipatórios que colidem com a manutenção do *status quo*. Eis porque é oportuno reafirmar a extensão universitária como um lócus estratégico de resistência na perspectiva de aproximação da classe trabalhadora com a Universidade.

A seguir, passaremos a examinar a experiência da assessoria técnica realizada ao Fórum de **Luta pela moradia** de Niterói, São Gonçalo e Rio de Janeiro, por equipe de docentes e discentes dos cursos de Serviço Social, Arquitetura e Urbanismo, Direito e Engenharia que disponibiliza seus conhecimentos com a produção de planos populares, projetos arquitetônicos, diagnósticos, construção e perfil socioeconômico, além de formação política, educação e mobilização popular.

A QUESTÃO URBANA e HABITACIONAL: A EXPERIÊNCIA DO FÓRUM DE LUTAS PELA MORADIA

O final da década de 1970 marcou em Niterói/RJ, a explosão de um conflito fundiário, envolvendo cerca de 5.000 famílias, distribuídas em doze (12) glebas descontínuas, em

região valorizada da cidade (Pendotiba), cujos proprietários queriam aproveitar o potencial de renda que a terra poderia oferecer naquele momento. A pressão exercida pelos donos da terra, geralmente ocorria em clima de violência física e/ou pressão psicológica, afetando, principalmente, a população mais atingida pela ameaça e retirada dos direitos sociais como crianças, idosos e analfabetos.

A reação da população atingida deu início ao movimento popular pela posse da terra e pela habitação, demonstrando, já naquela década, a urgência da questão habitacional no município. O número de pessoas que passaram a, coletivamente, resistir e enfrentar às ações de despejo aumentou, se desdobrando na criação das primeiras associações de moradores em Niterói e culminando, em 1982, com a criação e consolidação da Federação das Associações dos Moradores do Município de Niterói (FAMNIT).

A criação da FAMNIT mudou o caráter da luta pela moradia, que passou a se articular com associações e federações de outros municípios e movimentos da sociedade civil, numa atuação que incluía a luta por uma política habitacional e fundiária urbana tanto nacional, quanto estadual e municipal.

A meta era reverter a situação observada, nos níveis municipal e estadual (Niterói e Rio de Janeiro), onde o atendimento à população ocorria em bases clientelistas, segundo a lei do 'quem grita mais', do que é 'mais fácil de resolver' ou ainda 'daquele que possibilita maiores ganhos/dividendos políticos'. (BIENENSTEIN, 2001, p. 248).

Esta luta se estendeu até final da década de noventa, tendo atingido algumas vitórias importantes como a criação da Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (SEAF), hoje Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e a desapropriação por interesse social, das glebas envolvidas no conflito, pelo governo do estado.

Esta foi uma fase de intensa mobilização da população e busca de respaldo e reforço junto a diferentes segmentos da sociedade civil e da classe política. O movimento esteve coeso, conseguindo ultrapassar inclusive dificuldades internas que desde o início surgiram e se manifestavam em especial próximo aos períodos eleitorais, e que poderiam induzir à desmobilização e divisão da população (BIENENSTEIN, p. 328).

Havia uma clara preocupação entre as lideranças de enfatizar a autonomia e a independência do movimento, suas ações e decisões, tanto com relação ao Estado, como aos partidos políticos em geral. Na verdade, ocorria em Pendotiba o que Boschi e Valladares identificaram como sendo a tendência de

[...] prevalecer por parte dos principais porta-vozes dos movimentos uma atitude autonomista, difícil de ser mantida na realidade uma vez que a dependência em termos de apoio e recursos externos é, em muitos casos, fundamental para a consecução de algumas metas (BOSCHI; VALLADARES, 1983, p. 139).

A partir de 1986, o movimento passou a contar com o apoio técnico da UFF, através do NEPHU, na forma de assessoria técnica.

A luta continuou forte até a década de 1990, quando os movimentos começaram a perder a potência, não conseguindo encontrar novos canais de manifestação e conquistar mudanças sociais mais abrangentes e profundas. As políticas econômicas adotadas pelo Estado durante a década de 1980, a queda acentuada dos investimentos em saúde, educação, habitação, saneamento básico, o encolhimento do mercado formal de trabalho, e na década de 1990, as ameaças do governo federal de eliminar conquistas sociais e trabalhistas, aumentaram as dificuldades a serem ultrapassadas na luta cotidiana pela sobrevivência, contribuindo significativamente para que as pessoas passassem a adotar comportamentos individualistas, tentando manter-se à tona no redemoinho que arrastava a todas para a miséria. Soma-se a isso, o assédio crescente dos diferentes partidos nos períodos pré-eleitorais e o processo histórico de cooptação de lideranças, o que acabou por paralisar a luta pela moradia (BIENENSTEIN, 2001).

Esta situação se arrastou até 2016, quando, frente à precariedade das condições de saneamento ambiental, agravada por deslizamentos de encostas com vítimas fatais, moradores e lideranças “[...] insatisfeitas com os rumos que o movimento de luta pela moradia havia tomado, se organizaram no coletivo que denominaram Fórum de Luta pela Moradia (FLM), [...] um espaço horizontal de articulação de diversas lutas e de troca de experiências” (BIENENSTEIN; GORHAM; ALVES, 2019, p. 6), e buscaram a assessoria técnica, social e jurídica do NEPHU/UFF para a luta que iniciavam.

A assessoria técnica interdisciplinar e o movimento social

A experiência da assessoria técnica interdisciplinar junto ao Fórum de Luta pela Moradia tem por objetivo subsidiar movimentos sociais dos municípios de Niterói, São Gonçalo e Rio de Janeiro² que lutam pelo direito à cidade, entendido não apenas com o direito aos serviços públicos e à moradia, mas também o direito a um planejamento urbano que esteja voltado para a ampliação das condições de acesso aos benefícios da vida urbana.

O Fórum expressa o exercício e a defesa dos direitos civis, políticos e sociais frente à acentuada criminalização/judicialização das lutas sociais. No formato de um trabalho de caráter político-pedagógico, a proposta de assessoria técnica interdisciplinar vem na direção do fortalecimento à organização autônoma dos/as trabalhadores/as, da sua formação política e da capacidade de mobilização/organização de classe.

Compreendemos que a assessoria técnica tem lugar privilegiado na luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania, assim preconizados no artigo 4º (inciso 9) da Lei de Regulamentação da Profissão (nº 8662/93), a qual tem como premissa a capacidade de “[...] prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” Referenda, ainda, como um direito do assistente social no Código de Ética (Capítulo IV, Art.12, inciso b): “[...] apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (BRASIL, 8662/93).

²As áreas de atuação e as temáticas desenvolvidas foram definidas coletivamente em fóruns de cada cidade que agregam movimentos sociais urbanos e grupos comunitários.

Nesta direção, a assessoria técnica interdisciplinar desenvolvida junto ao Fórum está circunscrita como uma expressão da extensão universitária ao movimento social urbano na luta pelo direito à cidade junto às organizações da classe trabalhadora, cuja incursão se dá no capitalismo dependente pelo padrão de dominação externa (FERNANDES, 1980) marcada pela desigualdade social e expropriação permanente de suas riquezas.

O cenário remete à discrepância e desigualdade social. Na luta pelo direito à cidade, a remoção forçada e seu incremento nas relações de produção do capitalismo brasileiro exprimem os mecanismos da superexploração da força de trabalho³ (MARINI, 2005). É na cidade, que a renda da terra adquire um caráter especulativo de propriedade imobiliária, demonstrando seus vínculos íntimos com a estrutura econômica capitalista e o seu papel nas transformações urbanas contemporâneas.

A remoção forçada das famílias trabalhadoras na formação das cidades, recorrente desde a gênese do capitalismo, é parte intrínseca à especulação da propriedade imobiliária pela função da localização no que se refere aos investimentos públicos e privados em meios de transporte, acesso, desenvolvimento regional, oferta de serviços em sua vizinhança etc. (LEFEBVRE, 2001; LOJKINE, 1981; HARVEY, 2005).

Para Marx, a terra é um recurso natural de produção na qual o valor é fruto do trabalho, assim como o ar e a água. Neste sentido, a terra deriva da relação entre classes e, portanto, a renda da terra deriva de um pagamento pelo uso de um direito. Nesta perspectiva, a renda da terra fundada sobre a teoria do valor-trabalho representa uma parcela apropriada do excedente coletivo gerado pelo trabalho. Conforme Lefebvre (2001), a questão da propriedade fundiária na obra de Marx desvela-se assim:

A propriedade da terra se mantém no quadro da propriedade privada em geral. Ainda que essa propriedade imobiliária tenha dado lugar à propriedade mobiliária, dinheiro e capital, ela persiste. E mesmo ela se consolida, desde o tempo de Marx, a burguesia enriquece comprando terras, constituindo para si propriedades fundiárias (e, conseqüentemente, reconstituindo, sobre a base de um novo monopólio, a propriedade fundiária e a renda da terra). A propriedade da terra, no fundo intacta, reconstituída pelo capitalismo, **pesa sobre o conjunto da sociedade**. (LEFEBVRE, 2001, p. 160, grifo do autor).

No Brasil, referência mais recente para avaliar a desigualdade social é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) - Rendimento de todas as fontes, de 2017. No ano de 2017, a amostra indica que os 10% da população com os maiores rendimentos detinham 43,3% da massa de rendimentos do país, enquanto a parcela dos 10% com os menores rendimentos detinham 0,7% desta massa (IBGE, 2017).

A questão da propriedade fundiária revela esta concentração exponencial de riqueza correspondente a uma onda longa recessiva de crises sob o avanço do capitalismo de internacionalizar a produção e os mercados, implicando no enraizamento do

³ “A categoria da superexploração da força de trabalho foi elaborada por Ruy Mauro Marini para dar conta de explicar o fundamento da dependência como modalidade *sui generis* do capitalismo”. (LUCÉ, 2013, p. 171-172). Para uma reflexão sobre a categoria superexploração da força de trabalho, ver também Marini (2005); Amaral e Carcanholo (2012); Martins (1999); Luce (2013, 2012, 2018) e Osorio (2009).

desenvolvimento desigual entre as nações e nas relações entre classes na contradição que o imperialismo e a dependência impõem.

As ações desenvolvidas pelo Fórum, na contradição dos projetos societários em disputa na sociedade brasileira, vêm evidenciar “[...] a dimensão crítica, a defesa intransigente dos direitos humanos, da democracia e da consolidação da cidadania e, desta forma, o apoio ao processo de auto-organização dos/as trabalhadores/as” (CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL, 2018). A formação política, a mobilização e organização popular têm acento privilegiado nas práticas educativas nos projetos de Extensão Universitária e nesta em particular, são os eixos do trabalho.

Em relação à assessoria técnica interdisciplinar, no enfrentamento da desigualdade social e superexploração do trabalho, destacam-se ações vinculadas à organização/mobilização popular e formação política, além da elaboração de estudos técnicos e jurídicos que se transformam em instrumentos de luta. São elas: (i) *A Universidade e o direito à cidade: acompanhando e mapeando os conflitos*; (ii) *Curso de Extensão em Direito à Cidade*; (iii) *Plano Popular de Defesa do Direito à Moradia em Área Central: o caso do prédio da Caixa, Niterói (RJ)*; (iv) *Perfil socioeconômico dos moradores e diagnósticos*; e (v) *Plano Popular de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural*.

No escopo dessas ações, desenvolvem-se reuniões, oficinas e debates reflexivos com temáticas em torno da conjuntura política atual em tempo real, para detalhar os conflitos, identificar atores protagonistas da resistência e agentes opositores da luta. (BIENENSTEIN; BIENENSTEIN; SOUSA; GORHAM, 2017), tais como: mercantilização e privatização da universidade pública, capitalismo dependente e formação social brasileira, favela, território, formação do espaço urbano no Rio de Janeiro, contrarreforma da previdência e da educação, urbanização e regularização fundiária de assentamentos populares precários, Lei de Diretrizes Orçamentárias, políticas habitacionais, autogestão, responsabilidades do poder público sobre a cidade, remoção e temas concernentes à gestão urbana participativa, conforme colocado no Estatuto da Cidade⁴.

No sentido de fortalecer os interesses populares na disputa de classe, a assessoria técnica interdisciplinar ao Fórum apoia a autogestão da mobilização e organização popular. Com isso, o trabalho é desenvolvido sendo os moradores, lideranças comunitárias e membros dos movimentos sociais urbanos sujeitos que operam a ação e mandatários da assessoria.

O sentido da assessoria, nesta esfera, não é o de operador da ação, mas situa-se como um sujeito propositivo de alternativas, apresentadas considerando seu acúmulo sobre a questão habitacional e suas consequências para a organização espacial da cidade, as políticas sociais, os direitos sociais e as práticas educativas com a população. Dialogamos com Matos (2006) sobre esta definição que compreende a assessoria da seguinte forma:

O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessoria e estes têm autonomia em acatar ou

⁴Todas as ações são deliberadas no Fórum, tendo a população como protagonista, que no apoio ao processo de auto-organização política, envolve a construção e participação em atos políticos, audiências públicas e participação no Compur (Conselho Municipal de Política Urbana) de Niterói (RJ).

não as suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições (MATOS, 2006, p. 31-32).

Concordamos com Bravo e Matos (2010), nestes termos, que é na universidade que a assessoria tem seu terreno fértil na tríade ensino, pesquisa e extensão, enquanto um “[...] espaço privilegiado para se construir [...]” (MATOS, 2010, p. 519), incrementado pela diversidade de atores envolvidos da comunidade acadêmica (professores, alunos, técnico-administrativos).

Na relação com o concreto⁵, o projeto se relaciona a quatro áreas da universidade: Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, Serviço Social e Direito, além da Comissão de Direitos Humanos da OAB/Seção Rio de Janeiro, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a ONG Mariana Criola e de assessores parlamentares. Aqui a experiência de assessoria técnica condensa os conhecimentos separados da vida social de outras esferas da vida humana, entendendo a interdisciplinaridade no âmbito de uma dimensão política e ética. Consiste, portanto, em processos de interação entre saberes tão diferentes, e, ao mesmo tempo, indissociáveis na produção de sentido da vida (PEREIRA, 2008).

Nesse sentido, reforça a particular função social da Universidade Pública, subsidiando a qualificação dos processos de auto-organização desses sujeitos, que têm autonomia para aceitar ou não as proposições da assessoria. Portanto, adensando ao discurso de Matos (2010), a assessoria não se constitui como uma mera militância política, embora sejam inter-relacionadas na rearticulação e /ou fortalecimento dos movimentos sociais; assim como não se trata de ser neutro.

No horizonte da função social da Universidade Pública, a relação da universidade com os movimentos sociais se compõe sobre a produção de conhecimento e formação política na perspectiva da educação popular. A seguir trataremos da formação política, mobilização e educação popular.

Formação Política, movimento social e educação Popular

A iniciativa do Fórumvem demandando à Universidade Pública ações que associem produção de conhecimento e formação política na perspectiva da educação popular, esta compreendida como:

[...] uma forma de fazer educação que contribui para a mobilização e organização dos trabalhadores e favorece o despertar para uma consciência crítica, considerando nessa concepção a dimensão da classe e a necessidade de ultrapassar essa ordem societária. (BIENENSTEIN, 2001, p. 305).

⁵Conforme a obra de Marx, o método que provê cientificamente é aquele que parte do concreto e chega nele de forma que após abstrai-la retorna a ela como um concreto pensado, compreendendo este como a síntese de diversos elementos do real. Sob o argumento do autor: “[...] o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 1978, p. 116).

Mesmo que estas experiências sejam ainda embrionárias, concretizam ainda de forma muito pequena socialização do saber que foi historicamente construído, consolidando o chamamos de papel social da universidade pública.

É nesse sentido que a experiência da *formação* se insere: articulada à Educação Popular que se apresenta aqui como uma forma de *fazer educação*. Esta envolve uma metodologia participativa, progressista (ou libertadora), como afirmava Paulo Freire; ou desinteressada, na concepção de Antonio Gramsci.

Nos contributos analíticos de Freire, o propósito da educação é a liberdade humana, a qual “[...] ocorre quando a população reflete sobre si mesma e sobre sua condição no mundo – quando são mais conscientes, podem se incluir como sujeitos de sua própria história” (FREIRE, 2001, p. 96). Para o autor italiano, a educação deveria “[...] preparar os sujeitos para governar ou para dirigir quem governa” (GRAMSCI, 2006, p. 136). Nos seus estudos, principalmente nos Cadernos do Cárcere, há uma valorização sobre a necessidade de respeitar o saber popular, mesmo que este se apresente de forma inorgânica e fragmentada, mas sem se eximir de fazer uma avaliação crítica das opiniões e das crenças disseminadas no *senso comum*, de modo a estabelecer uma relação dialética com o *bom senso* presente em tantos conhecimentos.

A perspectiva gramsciana aponta a necessidade de aprender a criar um distanciamento crítico do saber *acumulado* e *repassado* oficialmente, visto não como óbvio e natural, mas descoberto como organizado e administrado por uma classe que tem objetivos políticos. É a partir desta consciência que as classes populares e seus intelectuais passam a demarcar os elementos de ruptura e de superação em relação às concepções dominantes, a operar uma nova síntese, na medida em que adquirem “[...] uma progressiva consciência da própria personalidade histórica” (GRAMSCI, 2006, p. 79).

Para Gramsci, todos os homens são intelectuais, uma vez que possuem conhecimentos, capacidade de se relacionar com o outro e ser sujeito da história, ainda que não exerçam a função de intelectuais na sociedade. A educação nesta linha não é a institucionalização do conhecimento, mas a possibilidade consciente que os homens e mulheres possuem para construir-se historicamente. No que tange à educação popular, entendemos que este novo sujeito, o *novo intelectual*, enquanto analisa criticamente e *desorganiza* os projetos da classe dominante, se dedica a promover uma *nova inteligência social* capaz de pensar a produção, a ciência, a cultura, a sociedade na perspectiva das classes trabalhadoras (SEMERARO, 2001).

E sob este ângulo analítico que as ações formativas se realizam no Fórum de Luta pela Moradia, a saber:

- 1) Da experiência do Curso de Extensão em Direito à Cidade: Fundamentos do Planejamento Conflitual.

A experiência do Curso parte do pressuposto de que o processo de aprendizagem é uma ferramenta para a transformação das populações atingidas por essas realidades, pois, como afirma Saviani (1991) “[...] não se faz política sem competência e não existe técnica sem compromisso” (SAVIANI, 1991, p. 53). Assim, a concepção de educação popular

reivindicada aqui, pressupõe uma educação não neutra, mas, sobretudo, política e com horizonte libertador. Aqui reivindicamos as práticas de educação popular voltadas à *transformação da opressão*.

As experiências das oficinas no Fórum:

Conforme já explicitado anteriormente, nas reuniões do Fórum, busca-se imprimir um caráter formativo, ao construir a pauta coletivamente, e garantir um espaço para debater temas de interesse dos participantes, apostando-se também na possibilidade de contribuir no *processo de formação da consciência*⁶.

Realizamos duas oficinas importantes: 1-) sobre a contrarreforma da previdência e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) – esta realizada em uma comunidade que integra o fórum. Ambas as oficinas participativas desafiaram-nos a trabalhar temas complexos, pela educação popular, buscando relacionar conteúdos densos com experiências concretas a fim de construir sentido entre o conhecimento e a realidade dos participantes. À exemplo na oficina do ECA na comunidade tivemos a participação de moradores da comunidade culminando na realização de um jornal mural que ficou afixado na associação de moradores sobre o tema onde a prática educativa tornou possível o processo de consciência dos sujeitos.

Virgínia Fontes (2005), ao retomar a contribuição freudiana, constrói uma articulação interessante entre as dimensões psicanalíticas e históricas: a autora diz que existe uma conexão que pode ser feita entre a tematização e os sujeitos-trabalhadores, ao amalgamar nos modelos de existência social – ou nas “[...] formas de modos de ser[...]” (FONTES, 2005, p. 121), transformação singularizada e certa dimensão de práxis transformadora que, do nosso ponto de vista, estes sujeitos também realizam, ao buscarem de forma coletiva resistir, denunciar, lutar, transformando o silêncio, o apassivamento e a apatia em resistência e luta, não mais individual, mas social.

Assim, mesmo que de forma lenta e gradual, entende-se que as atividades formativas, além de serem atividades sociais, podem contribuir no processo de formação da consciência dos trabalhadores. Tais ações/atividades podem apontar para uma direção social que imprima um compromisso com o fortalecimento da organização política e com as lutas direcionadas ao enfrentamento prático das inúmeras formas de violação dos direitos.

Certamente, nestas experiências formativas, um bom indicador é a percepção de que influímos na criação de mecanismos que motivam a participação dos trabalhadores nos espaços coletivos construídos para fins de controle democrático, como audiências públicas, conselhos, fóruns, entre outros, onde geralmente os principais interessados nos frutos dos debates que aí ocorrem, ficam *apartados* e/ou são sub-representados.

Na leitura de Iasi (2007), esse processo de formação da consciência é, ao mesmo tempo, múltiplo e uno. Cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de certas

⁶Segundo Iasi (2007), fala-se em ‘processo de consciência’ dos sujeitos, já que a consciência não pode ser concebida como uma coisa que possa ser adquirida e que, portanto, antes de sua posse poderíamos supor um estado de ‘não consciência’. Nesse sentido, o fenômeno da consciência é compreendido como um movimento, e não como algo dado. Por isso, ninguém conscientiza ninguém.

concepções de mundo até outras, vive subjetivamente a trama de relações que compõe a base material de sua concepção de mundo.

Levando em consideração o conjunto de ponderações apresentadas, consideramos ainda que o Serviço Social, em face do seu caráter sócio-educativo-organizativo, pode contribuir junto com outras categorias profissionais com seu conhecimento técnico operativo, teórico metodológico e ético-político para e junto com movimentos sociais.

Assim, a aposta em ações vinculadas à formação política e educação popular significa reafirmar a possibilidade da classe trabalhadora tornar-se um sujeito histórico, capaz de apresentar/construir um projeto societário alternativo, contra hegemônico. Mesmo entendendo que esse processo árduo e de longo prazo e que não acontece ao acaso, é construído de forma lenta e gradual.

Assim, ainda ancorado nas reflexões de Iasi (2001) sobre a importância da formação política, a primeira tarefa da educação popular é fazer brotar o senso comum como afirmação e colocá-lo em contradição. Questioná-lo não diretamente, mas através do diálogo e da maiêutica⁷, para que o sujeito veja sua afirmação como algo externo que saiu dele e entrou em contradição com a lógica.

Uma vez *parido* o senso comum, abre-se o espaço que antes era ocupado por ele para a reconstrução do conceito. Entretanto, a reconstrução do conceito exige uma espécie de *simulação* – via dinâmica de grupo – de uma relação vivida para que se estabeleça um vínculo por meio da *vivência* para que possa ser apresentado um novo conceito como um valor a ser assumido pelo indivíduo. Nesse sentido, *o grupo é a peça-chave da dinâmica educativa, local onde o indivíduo, nos cursos, reproduz o processo de identidade e vê no grupo a manifestação de si mesmo.*(grifo nosso). Recria-se, dessa forma, a base da relação que pode gerar a introdução de novos conceitos (IASI, 2001).

Por fim, cabe sublinhar a importância da educação popular e destacar que, embora pareça que a educação popular esteja em desuso, ou é algo datado do período do fim da ditadura ou da redemocratização,

[...] é válido dizer que, existe ainda uma variedade de experiências que, como não são não sistematizadas caem na invisibilidade. Algumas destas ainda realizadas por movimento sociais (como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento Feminista, Movimento Negro) e partidos políticos como PCB, PSOL, PSTU e grupos independentes que ainda apostam na educação popular enquanto estratégia e método de formação política, mas que, devido a sua informalidade, ou não valorização do saber formal pouco sistematiza e/ou publicam seus experimentos. (BIENENSTEIN , 2017, p. 306).

Para tanto, além da necessidade de valorizar tais experiências, cabe aos assistentes sociais no seu exercício profissional cotidiano, bem como os atores que se desafiam pelos rumos da educação popular reconhecer o saber popular, estimular a reflexão, o diálogo dos

⁷Para mais informações ver: Iasi (2001).

trabalhadores, valorizar sua cultura, para que seja possível deixar brotar o senso comum que existe em cada sujeito, e quando possível, trabalhá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha deste artigo foi para evidenciar as ações extensionistas pela assessoria técnica interdisciplinar, formação política e educação popular aos movimentos sociais com a experiência do Fórum de Luta por Moradia de Niterói, São Gonçalo e Rio de Janeiro. Num cenário de periferização da extensão universitária na relação com ensino e pesquisa, o artigo apresenta o horizonte de um projeto societário coadunado com as classes subalternas, compreendendo a natureza ético-política do projeto profissional e a sua radicalidade crítica expressa na luta de classes.

Do que foi anunciado aqui, podemos condensar algumas conclusões a respeito desta experiência. A primeira delas é a que as ações extensionistas no cenário do projeto hegemônico verticalizado no conjunto de contrarreformas impostas à educação superior se compõem na contramão de uma educação mercantilizada e privatizada a partir das determinações dos organismos coletivos do capital (Banco Mundial, Fundo de Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio), conforme o documento do Banco Mundial *Um Ajuste Justo*, de 2017. Na análise, remetemos destaque para a privatização do sistema de ensino superior como um conseqüente empobrecimento da função social da universidade e da mercantilização da produção do conhecimento (MANCIBO, 2004). O sentido na experiência do Fórum é a preservação da universidade e seu espaço crítico perante aos crescentes ataques ao direito social que evidenciam o caráter despótico e ultraconservador.

Nesta lógica, as ações extensionistas articuladas aos movimentos sociais, em destaque o Fórum, imprime a recusa à

[...] subordinação da pesquisa, da extensão e do desenvolvimento da tecnologia aos interesses das empresas limitando a liberdade de ensinar e aprender e intensificando a diferença interna entre as distintas áreas nas IFES, principalmente, entre as que conseguem captar recursos das que não conseguem (ANDES, 2019).

A segunda premissa conclusiva é a que a assessoria técnica interdisciplinar articulada aos movimentos sociais expressa uma concepção de educação e de mundo compreendidos na ampliação e consolidação da cidadania (MARQUES; DAL MORO, 2012). Neste bojo, contempla a defesa da democracia ampliada, na direção da equidade e justiça social e na defesa de direitos e garantias sociais fundamentais para o enfrentamento da desigualdade social. Incluímos no processo de prática educativa os mecanismos de articulação entre ensino, pesquisa e extensão a partir das demandas dos moradores que lutam por moradia no conjunto dos trabalhadores trabalhando o processo de consciência dos sujeitos. Aqui, o sentido da assessoria técnica interdisciplinar compreende-se, portanto, como um espaço para atuação do Serviço Social e demais profissões circunscritas da divisão social e técnica do trabalho na história da resistência e ruptura com o conservadorismo e a barbárie social.

Afinal, apenas compreendemos a natureza ético-política deste projeto profissional e a sua radicalidade crítica se apreendermos um dado fenômeno: o

tipo de relação que se constitui entre o Serviço Social e a luta de classes; e, mais especificamente, o de como o projeto societário dos 'de baixo' incide na dimensão política, valorativa e normativa desta categoria profissional (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2018).

A terceira reflexão se remete à experiência do *Fórum* articulando a assessoria técnica com formação política e educação popular. A experiência aparece como um corpo resistente que requer organização e/ ou mobilização das lutas de classe e que vem cumprido este legado.

A radicalização das desigualdades sociais e o enfrentamento e resistência no contexto difuso requer a organização das lutas sociais, formação política e mobilização frente aos dilemas da desregulamentação dos direitos sociais, das relações de trabalho, da mercantilização da educação pública, e, em destaque, da (re)concentração fundiária e imobiliária com remoções forçadas. Esta última, reconhecemos como uma ação histórica que se remete à fase da acumulação primitiva⁸ configurada na gênese do capitalismo quando se constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista que se constituiu num processo violento de expropriação da produção familiar, artesanal camponesa e corporativa, gerando uma enorme fenda para a construção de uma violência social (MARX, 2013).

A relação de remoção forçada mostra a relação histórica sobre a essência da questão da propriedade privada dos meios de produção, onde a terra torna-se primordial. Na relação com o capital internacional na divisão social do trabalho, com uma envergadura imperialista, intensifica a pauperização da população, esgotada pela superexploração do trabalho. O *Fórum* vem se constituindo como um espaço de resistência na luta de classes estabelecendo uma ruptura com este processo histórico na medida que enfrenta a propriedade privada imobiliária com uma lógica coletiva do uso do solo.

Por fim, a experiência do *Fórum* exterioriza a particularidade da formação social brasileira que exige luta onde as tendências da Lei Geral de Acumulação Capitalista (MARX, 1985) acirram as expressões da questão social na imposição da barbárie social. Nestes termos, a tradição da teoria valor-trabalho e a renda da terra conferem a valorização dos espaços privilegiados dos movimentos sociais e da educação popular, no plano do cotidiano e da realidade localizada, a centralidade para a reivindicação política no conjunto das lutas sociais sob a questão do uso do solo urbano.

Constituindo-se, assim como um espaço de resistência contra a segregação do espaço urbano e péssimas condições de vida para a classe trabalhadora. Antes de mais nada, evidenciamos que é preciso que se considere o enfrentamento da questão da habitação e do direito à cidade como pautas excludentes da agenda da política pública na luta entre os distintos projetos societários.

⁸Para maiores compreensões ver Marx (2013).

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marisa; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

ANDES. **Fature-se**. Futura-se é a Fatura da Educação Pública. Pela imediata recomposição do orçamento público das instituições de ensino. Folder. Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior. Brasília (DF), 2019.

BIENENSTEIN, Regina. **Redesenho urbanístico e participação social em processos de regularização fundiária**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BIENENSTEIN, Regina; BIENENSTEIN, Glauco; SOUSA, Daniel Mendes M. de; GORHAM, Cynthia. Apontamentos sobre o processo de revisão do Plano Diretor da cidade de Niterói. **Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 13, 2017.

BIENENSTEIN, Regina; GORHAM, Cynthia; ALVES, Luiz Eduardo. O Fórum de Luta pela Moradia: Assessoria técnica e estratégias de luta. 2019. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO, 10., Palmas, 2019. **Anais [...]**. Palmas: Universidade Federal de Tocantins, 2019.

BOSCHI, Renato Raul; VALLADARES, Lícia do Prado. Movimentos Associativos de Camadas Populares Urbanas: Análise Comparativa de Seis Casos. In: BOSCHI, Renato Raul. **Debates Urbanos 5 Movimentos**. 1983.

BRAVO, Maria. Ines. Souza.; MATOS, Maurilio. C. (Orgs.). **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. **Lei nº 8662/93. Lei de Regulamentação da Profissão de assistentes sociais**. Brasília (DF), 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS Manifesta: 16º Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (Enpess)**. Vitória (ES), 2 a 7 de dezembro de 2018. CFESS Manifesta 16º Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (Enpess). Série Conjuntura e Impacto no Trabalho Profissional, 2018.

FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera**. Pequenos escritos políticos. São Paulo: HUCITEC, 1980. (Coleção Pensamento Socialista).

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FONTES, Virginia. **Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

FORTI, V.; GUERRA, Y. (org.). **Projeto ético-político do serviço social**: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumén Juris, 2015. (Coletânea nova de serviço social).

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. V.2. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

HARVEY, David. A arte da renda: a globalização e transformação da cultura em commodities. In: A PRODUÇÃO Capitalista do Espaço. São Paulo: Anneblume, 2005, p. 219-239.

IASI, Mauro Luis. **Processo de consciência**. 2. ed. São Paulo: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro - CPV, 2007.

IASI, Mauro Luis. Maiêutica: a arte do parto. **Boletim do Fórum Nacional de Monitores do NEP 13 de Maio**, São Paulo, n. 41, 2001. (mimeo).

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Brasília (DF), 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20843-pnad-continua-10-da-populacao-concentravam-quase-metade-da-massa-de-rendimentos-do-pais-em-2017>. Acesso em: 13 ago. 2019.

JEZINE, E. **Universidade-sociedade e extensão universitária**: construções teórico-metodológicas. João Pessoa: UFPB, 2006. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_2006_universidade_sociedade_extensao_uni.pdf. Acesso em: 15 set. 2017.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência**. Problemas e categorias - uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Debate Debate. Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013, p. 169-190.

LUCE, Mathias Seibel. A superexploração da força de trabalho no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 32, p. 119-141, jun.2012.

MANCEBO, Denise. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88 especial, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302004000300010>. Acesso em: 8 ago. 2019.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Tradução de Marcelo Dias Carcanholo. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARQUES, M. G.; DAL MORO, M. A Relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília (DF): Abepss, 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 121-38, dez. 1999.

MARX, KARL. A chamada acumulação primitiva. MARX, Karl. **O Capital**: para a crítica da economia política. Livro I, volume II, RJ: Civilização Brasileira, 2013. p. 833-885.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 2. ed., livro I, v.II. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl (1857). Para a crítica da economia política. In: MANUSCRITOS econômico filosóficos e outros textos escolhidos. Tradução de José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 107-257.

MATOS, Maurílio Castro. Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social. In: BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro (Org.). **Assessoria, Consultoria e Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7 Letras e FAPERJ, 2006.

OSORIO, Jaime. Dependência e superexploração. In: MARTINS, Carlos Eduardo; SOTELO VALENCIA, Adrián (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

PEREIRA, Isabel Brasil. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2. ed.rev. ampl., 2008. p. 263-268. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/int.html>. Acesso em: 8 ago. 2019.

PNEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária 1999-2001**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/Sesu/planonaex.shtm>. Acesso em: 2 ago. 2019.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico – crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 1991.

SEMERARO, Giovanni. **Para uma teoria do conhecimento em Gramsci**. 2000. Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=284>. Acesso em: 20 nov. 2014.

Ana Cristina Oliveira elaboração do artigo.

Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (2014). Professora do programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (mestrado). Professora adjunta da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (2009-2014). Doutorado em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012). Mestrado em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública (2001) - área de concentração Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana. Possui três cursos de especialização: Curso de Especialização em Violência e Saúde na Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz/1997), Curso de Especialização em Serviço Social e Saúde (UERJ/1997-1998) e o Curso de Especialização em Metodologia do Serviço Social (UFF/1992-1994). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS) da Escola de Serviço Social UFF. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaços Populares e Favelas (NEPEF) e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU). Coordenadora do Grupo Permanente de Estudos Trabalho, Questão Social e Serviço Social: expressões do conservadorismo na formação social brasileira. Vice-Coordenadora do Curso de Serviço Social (UFVJM-Teófilo Otoni/2012-2014). Vice-chefe do Departamento de Serviço Social (UFF-Niterói/2015-2016). Vice-Coordenadora do Curso de Serviço Social (UFF-Niterói/2016-2019).

Francine Helfreich Coutinho dos Santos elaboração do artigo.

Diretora e Professora adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (mestrado). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (1999). Possui especialização em Gênero e Saúde pela Escola de Serviço Social da UFF (2002). É mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). É Doutora em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Regina Bienenstein elaboração do artigo.

Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1967). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Syracuse, EUA (1977). Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2001). Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Participou da criação e atualmente é coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/UFF), atuando principalmente nos seguintes temas de pesquisa e extensão: projeto, planejamento e gestão urbana, habitação de interesse social, assentamentos populares, regularização fundiária, redesenho urbanístico, participação popular e conflitos socioespaciais.
